

Renata Meira Veras
Sabrina Daiana Cúnico
Juliana Fernandes-Eloi
Dóris Firmino Rabelo
Organizadoras

PSICOLOGIA E POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

Contextos de formação e intervenção

Salvador
Edufba
2024

2024, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial

Cristovão Mascarenhas

Capa

Tiago Pedra

Coordenação gráfica

Edson Sales

Projeto gráfico

Tiago Pedra | Edson Sales

Coordenação de produção

Gabriela Nascimento

Revisão e normalização

Luna Pirahy | Marcelly Moreira

Assistente editorial

Bianca Rodrigues de Oliveira

Ilustração da capa

Molije

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Psicologia e populações vulnerabilizadas : contextos de formação e intervenção / Renata Meira Veras... [et. al.], organizadores.
– Salvador : EDUFBA, 2024.

26,2 MB [PDF]

Contém biografia.

Acesso em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40685>

ISBN: 978-65-5630-663-6

1. Populações vulneráveis – Aspectos psicológicos. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Desigualdade social. 4. Direitos humanos. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Veras, Renata Meira.

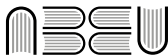
CDD: 301

Elaborada por Tatiane de Jesus Ribeiro CRB-5: BA-001594/O

Editora afiliada à



ASOCIACION DE EDITORIALES
UNIVERSITARIAS DE AMERICA
LATINA Y EL CARIBE



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n

Campus de Ondina, 40170-115 – Salvador, Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164 | edufba@ufba.br | edufba.ufba.br

AGEISMO E SEXISMO CONTRA LÉSBICAS: SUBVERSÕES IDENTITÁRIAS E DE SEXUALIDADES NA VELHICE

Juliana Fernandes-Eloi
Aluísio Ferreira de Lima
Anne Joyce Lima Dantas

Ageismo em perspectiva

O prolongamento da vida é uma conquista, na verdade um fenômeno social que engloba toda uma evolução de diversos processos, desde a expansão de consciência acerca dos cuidados com a saúde, alimentação, corpo, higiene, até os avanços tecnológicos que cuidam da manutenção do cotidiano. A prática da sociabilidade e os investimentos em saúde mental são aspectos centrais que contribuem para que atualmente tenhamos mais pessoas velhas ativas, saudáveis e com maior engajamento social (Araújo; Cruz; Rocha, 2013; Fonseca *et al.*, 2022; Neri *et al.*, 2013; Salgado *et al.*, 2017; Santos; Araújo; Cardoso, 2016).

No Brasil, a pessoa entra na velhice com faixa igual ou superior a 60 anos de idade (Lei nº 10.741, 2003), e essa população já representa mais de 30 milhões de brasileiros (Hoffmann, 2019). É importante considerar que os processos de envelhecimento são fortemente influenciados pela condição social que o indivíduo está inserido. No entanto, diversos estudos apontam para uma compreensão negativa e amedrontada da velhice (Araújo; Sá; Amaral, 2011; Valença *et al.*, 2017). A jornalista e escritora espanhola Maruja Torres em algumas de suas entrevistas afirma:

Você tem que ser mais corajoso para ser velho do que para ir para a guerra, porque quem vai para a guerra acredita que vai sobreviver e o velho já sabe, já vai sabendo, que sua decrepitude avança. Esta é a verdadeira guerra [...] remover dos velhos o medo da velhice.

Essa fala traz à tona um aspecto central que envolve a velhice: o medo. Esse medo está inscrito no processo de finitude que perpassa a vida de qualquer pessoa, e é na velhice que a ideia da morte parece bater à porta com mais força. Historicamente, a velhice é marcada por diversas limitações – mentais, físicas, sexuais – e apresentada, muitas vezes, como sinônimo de finitude (Aboim, 2014; Debert, 2012; Neri *et al.*, 1993). É na finitude que encontramos a distância das possibilidades, da novidade de viver a vida olhando para o futuro e foi, por muitas décadas, a ideia de finitude a marca que selava significados ao envelhecimento.

A associação negativa do envelhecimento, seja relacionado ao medo ou a morte, é a demarcação do ageismo e da discriminação materializada em atitudes comportamentais que perpetuam a destituição do indivíduo relacionados à idade. Nesse contexto, faz-se necessário problematizar a distinção entre a discriminação e o ageismo. Ao passo em que a discriminação se configura como a ação que exclui, afasta ou até mesmo violenta pessoas, o ageismo, por sua vez, é um fenômeno perverso, que reproduz a ideia, o símbolo e a crença de que a velhice é abjeta.

É a partir dessa construção negativista, histórica e social que vincula a velhice à finitude/morte que apontamos para a contradição da promoção de um “envelhecimento saudável” na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, a reprodução de estereótipos, discriminação e invisibilidades diante dessas identidades. À medida que a velhice passou a fazer parte de um novo nicho de mercado e consumo, a partir da melhoria de condições econômicas e de saúde – com o aumento de expectativa de vida –, a imagem do velho e da velha foi sutilmente se distanciando da visão estereotipada da decadência física, mental e sexual (Debert, 2012).

As mídias e as redes sociais passaram rapidamente a apresentar a imagem da velhice com maior autonomia e liberdade sobre suas expressões identitárias, o que segue na contramão de produções científicas que

lentamente vão mudando seus discursos sobre o envelhecer (Camarano, 2004). A velhice aos poucos vai sendo apresentada para além da finitude, da morte e do medo. Há na fala de Maruja Torres outro ponto central que envolve a velhice: a coragem. A coragem de envelhecer passa a ser atravessada pela dinâmica das identidades em movimento (Hall, 2005), pelas metamorfoses das identidades (Ciampa, 1991) e pelas subversões identitárias (Butler, 2015). Outros corpos e modos de existir entrelaçam a velhice e é nesse contexto que a pluralidade que envolve a discussão do envelhecimento propõe falarmos sobre “velhices”, pois a experiência do envelhecer tem um recorte de classe, raça, gênero e sexualidade que impacta diretamente na experiência do processo de envelhecimento.

Reconhecer o contexto do envelhecimento é extremamente necessário para se compreender qual velhice está sendo considerada. Nesse caso, além de visibilizarmos o envelhecimento da população mundial e brasileira, é importante tornar visível o envelhecimento da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+), população que mais sofre com estigma e preconceito atrelados também ao processo de envelhecimento (Henning, 2017; Pedutto; Lopes, 2017; Santos; Araújo, 2018; Santos; Araújo; Negreiros, 2018).

Pesquisar e discutir sobre a velhice a partir dos contextos que a envolve é propor um olhar justo à diversidade que rodeia o envelhecimento, pois são as transformações sociais e a manutenção nas discussões sobre a pluralidade das identidades na velhice que permitem a visibilidade da população LGBTQIAPN+, propondo uma estrutura interseccional na discussão acerca da velhice. Isso impacta diretamente na maneira como gerações futuras construirão perspectivas sobre a velhice e de que forma as políticas sociais e de direito na atenção às pessoas com mais de 60 anos serão estruturadas, pois, ainda vivenciamos uma realidade que envolve a velhice em padrões de identidade que estigmatizam e constroem diferenças na experiência do processo de envelhecimento a partir da raça, da classe, do gênero, entre outros marcadores de opressão.

Portanto, para se pensar em gênero e sexualidade como um dos recortes da experiência do envelhecimento é preciso destacar os diferentes padrões identitários, de beleza e comportamento impostos, principalmente a imposição feita às mulheres a partir de um poder “institucional” dos homens que impunha um “mito da beleza” (Wolf, 1992). Esse mito envolve a mulher a uma imagem padronizada de corpo, de comportamento e de significados de feminilidade que dão sentido a objetificação do desejo, ou seja, do que é um corpo aceitável, belo e desejável socialmente (Aboim; Vasconcelos, 2012). Naomi Wolf (1992 p. 17) pontua que “as mulheres mais velhas temem as jovens, as jovens temem as velhas, e o mito da beleza mutila o curso da vida de todas. E o que é mais instigante, a nossa identidade deve ter como base a nossa ‘beleza’, de tal forma que permaneçamos vulneráveis à aprovação externa”.

Essa discussão apresenta a relação direta da beleza como base da identidade de mulher, seja ela jovem ou velha. O padrão de beleza impõe ao corpo uma aparência física jovem que promove a manutenção aos modelos sociais do corpo. Se, ao pensar em identidade de mulheres, voltarmos os nossos olhos para a beleza, esta que está estreitamente ligada à juventude, logo, a mulher velha foge do padrão de beleza e consequentemente da identidade de mulher e de feminilidade. Assim, entende-se que o processo de envelhecimento de mulheres está envolvido numa urgência de procedimentos estéticos/cirúrgicos e na promoção do corpo jovem como padrão de beleza e autonomia. Desse modo, questiona-se: pode a mulher envelhecer?

É importante destacar que as relações de poder que envolvem o gênero localizam o processo de envelhecimento de forma diferente no que diz respeito à experiência de homens e mulheres, demarcando modos de vida e posicionando como cada pessoa deve viver determinadas fases da vida. Os cabelos brancos são um dos exemplos de que o gênero influencia na experiência da velhice. Enquanto os homens que assumem seus cabelos brancos são vistos como atraentes, maduros e seguros, as mulheres são vistas como desinteressantes, desleixadas e decadentes. Pensar nessa realidade que perpassa a experiência da velhice, considerando as diferenças e poderes atribuídos ao gênero (Butler, 2015), é estar perante a manutenção e vigilância diante dos corpos das mulheres. Os significados

socioculturais do que é um corpo aceitável ou não passam a influenciar diretamente na relação de homens e mulheres com seus corpos e consequentemente com o seu processo de envelhecimento.

O surgimento de termos como “terceira-idade”, “melhor idade”, “idade maior”, “meia idade” e “coroas” apresenta o movimento sutil de mascaramento da velhice. Existe uma discriminação estrutural diante do processo de envelhecimento, em que o avanço da idade é visto negativamente, resultando na negação da velhice, e consequentemente em crises de idade. Não é preciso ter mais de 60 anos para se ver diante das negações que envolvem o corpo que envelhece, as crises de idade – crise dos 30, crise dos 40, crise de “meia idade” – mostram o quanto a idade que avança é atribuída ao medo da velhice, ao corpo que envelhece e ao cumprimento de padrões normativos de comportamento para cada idade/fase da vida.

Os estudos sobre desenvolvimento humano, seja na medicina, psicologia e gerontologia, reforçam a padronização na discussão acerca da velhice, em que o processo de envelhecimento é apresentado por categorias e experiências que não consideram a diversidade presente nessa temática. A discussão científica sobre a velhice ao se apresentar cristalizada reproduz estereótipos que localizam lugares e invisibilizam identidades. Discutir os lugares que as mulheres ocupam no processo de envelhecimento nos posiciona a um emaranhado de problematizações que atravessam a própria identidade da mulher. Falar sobre a velhice de mulheres é estar diante de estereótipos que acompanham a identidade da mulher desde seus primeiros anos de vida e consequentemente atravessam seu processo de envelhecimento com expressões do ageísmo.

São estereótipos que impõem papéis sociais, restringindo a mulher ao ambiente doméstico/familiar, em que sua identidade se apresenta a partir da maternidade, cuidado, fragilidade. Por isso, ao pensarmos em mulher e velhice, logo nos ocorre a imagem da avó. E como deveria ser essa avó? Ela se apresenta num ambiente doméstica, numa postura leve, anjificada, assexual e inocente – principalmente quando tratada como criança/bebê à medida que sua idade avança. Ao mesmo tempo que a identidade de mulher é apresentada pela maternidade e fragilidade, esta é também representada pelo desejo, corpo, feminilidade, sexualidade.

Do mesmo modo que atribuímos a imagem de vó ao somar mulher e velhice, ao pensarmos em mulher, muitas imagens nos vêm. Porém, das muitas imagens que se destacam, o corpo é o que movimenta a discussão da identidade de mulher. Esse corpo é questionado na infância, na juventude, na maternidade, nas sexualidades, nas expressões do feminino *versus* masculino, nos desejos, na velhice. Socialmente, o corpo da mulher é um símbolo de desejo que impõe padrões nos modos de vida e consumo. Ao somarmos mulher e corpo, a imagem que nos salta é de um corpo que expressa feminilidade e juventude. Assim, falar sobre o corpo da mulher no processo de envelhecimento é trazer à tona a problematização que passa a invisibilidade e rejeição do corpo que envelhece.

Mary Del Priory (2000, p. 11) traz que “diferente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar nossas almas, mas salvar nossos corpos da desgraça da rejeição social”. O corpo aceitável e belo é um corpo jovem e padronizado ao que é feminino. Daí, o crescimento das cirurgias plásticas e estéticas que trazem a “solução” em retardar o envelhecimento e aproximar a aparência física ao que é considerado e imposto culturalmente/socialmente como critérios de beleza, juventude e saúde. Um corpo saudável é também um corpo jovem que expresse feminilidade e beleza.

Ainda que haja normatividades/padrões pressupostos ao que significa um corpo aceitável/belo, o corpo se apresenta também como potência de subversões identitárias, seja em suas expressões físicas, sexuais, estéticas ou de gênero (Butler, 2015). E é a partir desse potencial subversivo que corpos de mulheres, ao fugirem do que é imposto às suas identidades, deslocam e quebram significados atribuídos ao que é ser uma mulher. Mulheres lésbicas se apresentam nesse contexto como identidades subversivas, indo contra o tabu das sexualidades e rompendo com a lógica heteronormativa na qual impõe como mulheres devem experienciar suas sexualidades, seja na velhice ou não (Glick; Fiske, 1996; Sales-Oliveira; Villas-Boas; Las-Heras, 2016).

Há urgência em discutirmos identidades que subvertem imagens normativas, principalmente quando falamos sobre velhice, trazendo um olhar interseccional que envolva a discussão do envelhecimento de forma plural, considerando a crítica de opressões e privilégios diante das identidades

(Nogueira, 2017). Pensar no processo de envelhecimento de mulheres lésbicas é estar frente a uma problemática discussão sobre velhice, pois a sexualidade na velhice já se mostra como tabu e a sexualidade de mulheres é um tabu que independe da discussão sobre velhice. Ambos os fenômenos, porém, ao se agruparem na experiência de mulheres lésbicas, se acentuam, tornando-as mais vulneráveis a um contexto de sofrimento psíquico e violências.

Sexismo e homofobia contra lésbicas

Não por acaso, o sexo entre mulheres é visto socialmente como um *não sexo* – como uma masturbação –, pela falta da penetração com pênis – cultura falocêntrica –, e a relação romântico-afetiva entre mulheres é envolvida em uma visão sociocultural de *amizade*. Caso frequente em que muitas namoradas, mulheres de mulheres em relações lésbicas são apagadas e nomeadas socialmente como “a amiga da...”.

Assim são vistas as lésbicas, em imagens invertidas: dotadas de furor sexual, ou de uma frágil sexualidade, de uma pulsão sexual quase inexistente ou de um insidioso poder de sedução. Porque finalmente, não passam de mulheres. Por um lado, são vistas como um perigo à inocência das jovens, por outro são seres assexuados brincando de tomar um lugar que não lhe é próprio (Navarro-Swain, 2004, p. 81).

Mulheres lésbicas ao se relacionar, sexualmente ou romanticamente, com mulheres têm sua identidade de mulher “cassada”, visto que ao mesmo tempo que subvertem essa identidade, também passam a ser vistas como “não mulheres”, pois se distanciam da experiência que envolve a figura do homem como centralidade de busca, desejo e proteção. Passam a ser “seres abjetos” que subvertem as noções heteronormativas diante da sexualidade e dos desejos. Pensar nas figuras de mulheres lésbicas durante a velhice, vivendo a liberdade erótico-sexual, performando feminilidades e masculinidades, é trazer à tona a subversão identitária

como realidade e potencialidade subversiva, na qual constrói e possibilita a diversidade necessária e urgente na discussão que perpassa as velhices.

Mulheres que transacionam o patriarcado e experimentam sexualidades lésbicas ainda passam pela experiência de serem associadas a pessoas patológicas, adoecidas pela fraqueza e ausência da sexualidade (Fernandes-Eloi *et al.*, 2019). Muitos casais de mulheres quando estão juntas socialmente enfrentam frequentemente estigmas e preconceitos quando questionadas se são irmãs, primas, ou mesmo mãe e filha, quando há discrepância da idade entre as mulheres do casal, devido à reprodução estereotipada da ausência de sexualidade entre mulheres e significativamente entre mulheres mais velhas.

As hierarquias de gênero são perpassadas por fatores sócio-históricos, um fenômeno complexo que carece de melhor compreensão (Fredriksen-Goldsen *et al.*, 2017). É importante visibilizar que os estereótipos e as discriminações não são as causas diretas das hierarquias de gênero, existe um sistema que antecede a produção da ideia assimétrica entre identidades generificadas. A raiz maléfica e perturbadora é o sexismo que se sustenta no patriarcado e reproduz a discriminação sistemática. São os estereótipos, por sua vez, que aparelham e institucionalizam os preconceitos, reproduzindo as hierarquias de gênero e, portanto, os direitos e não direitos à vida, ser e não ser mulher.

O sexismo é assim, um conjunto de estereótipos que metrificam e avaliam os afetos, comportamentos, corpos e expressões da sexualidade apropriados aos indivíduos de acordo com o sexo biológico e o suposto gênero (Glick; Fiske, 1996; Sales-Oliveira; Villas-Boas; Las-Heras, 2016). Existem, portanto, o sexismo hostil e o sexismo benevolente. Sexismo hostil se configura como uma aversão global, uma intolerância contra a diversidade de papéis sexuais, uma antipatia acerca de quaisquer possibilidades de romper com a binaridade entre homem-forte-superior e mulher-fraca-inferior. Já o sexismo benevolente se camufla na paternalização de papéis, se apropriando da superproteção para justificar a postura preconceituosa como, por exemplo, dizer que a mulher não precisa trabalhar porque o homem é naturalmente o provedor (Glick; Fiske, 1999; 2001).

É perceptível e permanente o necessário confronto exaustivo contra o sexismo, pois o sexo biológico para mulheres e homens não se configura como fator predominante na definição dos modos de expressão da sexualidade. As interações entre as expressões da sexualidade são em relação entre corpos, prazer, estigma e saúde mental e não cabem no relativizado modelo prescrito pela hierarquia binarizada de gênero que aprova o modelo do comportamento sexual com pênis-vagina e joga à condenação outras expressões de gênero e sexualidades (Fernandes-Eloi *et al.*, 2017).

Toda a população LGBTQIAPN+, ou mais especificamente como foco deste estudo, as mulheres lésbicas, está em constante confronto contra as regras do jogo sexual implantado pelo patriarcalismo que mantém a estrutura sexista de inferioridade e superioridade, saúde-doença, pecado-salvação (Aboim; Vasconcelos, 2012; Fredriksen-Goldsen *et al.*, 2015; Watanabe; Rodrigues, 2018). Esse contexto apresenta uma consistência na transição histórica que incansavelmente, mas com muito sofrimento, resiste para existir. É sobre considerar que ser mulher lésbica é problematizar uma inédita experiência que se antecipa diante dos conflitos psíquicos e sociais, e que todo o processo de expressão sexual está também atrelado ao processo de envelhecer.

A expressão sexual e o envelhecimento de mulheres lésbicas, e mais amplamente de toda a população LGBTQIAPN+, sofre cotidianamente com riscos de sobrevivência (Orel, 2014). Sofre com atos da violência, com banimento social, com a exploração sexual e o apagamento corriqueiro do direito à vida, a ponto de termos no Brasil a expectativa de mulheres transsexuais reduzidas a absurdos 35 anos de vida, não chegando a entrarem na velhice (ANTRA, 2022). Dito tudo isso, é preciso reconhecer o contexto que aniquila pessoas não heterossexuais e como o sexismo reproduz e naturaliza a violência.

Estudo realizado por Albuquerque e demais autores (2016) buscou identificar o perfil de violência psicológica perpetrada contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) no interior cearense. Participaram do estudo 316 indivíduos LGBTT nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, Ceará. Os dados apontaram para a prevalência de violência psicológica, sendo insultos o tipo mais frequente por parte dos

agressores, cujos resultados sugeriram a criação de um planejamento de estratégias para redução desse agravo. Contudo, mesmo atualmente, ainda é possível nos depararmos com pautas nas agendas políticas que querem apagar o direito à conjugalidade na tentativa de anulação dos casamentos de pessoas LGBTQIAPN+.

Infelizmente, o contexto é diverso e complexo. É preciso, antes de tudo, considerar que diversas populações compõem os grupos que sofrem com o sexismo, o ageismo ou o próprio racismo, e cada fronteira vivida por populações específicas carecem ser articuladas e consideradas em seus processos interseccionais, como, por exemplo, o ageismo, e principalmente a invisibilização do racismo ainda presente na perpetuação das hierarquias de existência. Toda e qualquer pessoa da comunidade LGBTQIAPN+ se for negra, mais justificativas aniquiladoras sexistas e racistas viverá, ou seja, na intersecção das estereotípias, dos preconceitos e das discriminações, a violência contra pessoas não heterossexuais negras se reproduzem em maior frequência e intensidade.

Em relação às mulheres lésbicas, estudo realizado por Melo (2016) buscou refletir sobre as formas de violência praticadas contra mulheres lésbicas, analisando esses processos em suas percepções e como influenciam na construção de seus discursos e práticas. Para isso, realizou entrevistas com dez mulheres que se identificavam como lésbicas. Os resultados apontaram processos violentos em suas narrativas, bem como tais processos atuam diretamente em suas construções enquanto sujeitos ou não sujeitos, nas relações com outros indivíduos e instituições sociais. O estudo apresenta ainda a categoria de violência diretamente conectada com questões de gênero e sexualidade.

Todo o desenvolvimento intrapsíquico e social de mulheres lésbicas brasileiras aponta para momentos e experiências que anunciam possibilidades de tensões, violações de corpos e questões acerca dos direitos de existência. Desde a inexistência de políticas públicas à ausência de informações nos cuidados com saúde e educação se evidenciam negligências para proteção a manutenção da vida e direitos humanos, ou seja, estar numa realidade em que vigiar corpos lésbicos que envelhecem e puni-los são atos naturalizados socialmente, e facilmente se institui a crença do

pavor entre as expressões da sexualidade de mulheres lésbicas no Brasil, tem-se que além de desenvolverem homofobia internalizada, intensifica-se o sofrimento psíquico diante da perseguição por sua sexualidade.

Estudo que corrobora a naturalização do pavor entre as próprias expressões da sexualidade de lésbicas foi realizado por Fonseca e demais autores (2022) com 105 mulheres lésbicas em contexto nacional e que buscou analisar as representações sociais da velhice LGBT sob a ótica de mulheres lésbicas brasileiras. Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada, aplicado Técnica de Associação Livre de Palavras (Talp) e questionários sociodemográficos para caracterização da amostra. Os dados apresentaram três tipos de percepções, que são: a visão de uma sociedade preconceituosa com a comunidade LGBT, em que questões como medo e incerteza são presentes, a naturalização negativa da velhice LGBT e, por fim, a falta de conhecimento ou contato com algum idoso LGBT.

O pavor que o sexismo provoca e reproduz se instala na prática da homofobia, que se apresenta como um fenômeno vivido na relação com o contexto e consigo mesmo. O termo “homofobia” foi reconhecidamente utilizado por Kenneth Smith pela primeira vez em 1971, embora seja constantemente atribuída ao psicólogo George Weinberg que discutia, em 1972, a homofobia como expressão de medo contra a diversidade sexual (Blumenfeld, 2004; Oliveira, 2010).

Lembremos que foi somente em 1973 que a Associação Americana de Psiquiatria declarou que a homossexualidade não era uma doença mental (Ceará; Dalgalarrodo, 2010). Entretanto, a reprodução da homofobia está ainda presente na atualidade e reconhecidamente sabe-se que a homofobia sempre foi um conceito delicado e denso e com intensas discussões epistemológicas. Desde o início de sua propagação, seu sentido semântico já se fragilizava por estar mais associada a simplesmente medo, enquanto atravessa fragmentos e particularidades que escapam ao poder de sua definição.

As atitudes em torno da sexualidade e da orientação sexual são aprendidas e culturalmente construídas (Herek, 1984). Portanto, a homofobia pode ser reduzida a ideia de “preconceito pessoal e institucional contra lésbicas e homossexuais” (Herek, 1988, p. 453). Para Ross e Rosser (1996),

inclusive, a homofobia sempre se relaciona com concepções negativas em relação à homossexualidade, em vez de pavor ou medo de pessoas homossexuais. Assim, é importante considerar que, quanto menos contato pessoal com pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, menos informação, menos educação e mais doutrinação religiosa, a homofobia é maior, mais intensa e violenta (Cerqueira-Santos; Nunes; Silveira, 2017; Herek, 1984; Fernandes-Eloi *et al.*, 2017). As mulheres lésbicas que envelhecem e que vivem diretamente sob essa perspectiva podem vivenciar o processo de sexismo-ageismo-homofobia de modo mais intenso e violento. Não obstante, a homofobia é o conceito mais utilizado e conhecido popularmente, algumas vezes até de forma superficial.

Narrativas como método de investigação: subversão identitária

Mas como investigar o processo de envelhecimento de mulheres lésbicas que podem vivenciar o processo de sexismo-ageismo-homofobia de modo mais intenso e violento de forma crítica e mais profunda, localizando as diferentes ocasiões em que a homofobia se apresenta? Mais do que apresentar uma resposta definitiva para essa questão, talvez valesse fazer um convite à leitura da proposta teórico-metodológica inaugurada por Ciampa (1991), que focava nas histórias de vida, e nos desdobramentos realizados por Lima (2010) e Lima e Ciampa (2012), mais especificamente acerca do potencial da pesquisa com narrativas.

A pesquisa com a metodologia da narrativa de histórias de vida, através da teoria da identidade enquanto metamorfose, nos possibilita analisar, junto às narrativas autobiográficas, articulações que envolvem os contextos históricos e sociais, bem como a construção identitária a partir das experiências individuais narradas pelas participantes da pesquisa (Lima, 2014). É importante considerar que quem pesquisa através desse método de pesquisa em psicologia social se apresenta como testemunha das narrativas, analisando-as junto a uma postura ético-política, diante das desigualdades, vulnerabilidades e contradições sociais; para que seja possível

desenvolver problematizações críticas que localizem as expressões do corpo, da sexualidade e da idade das mulheres pesquisadas como eixos de vulnerabilidade e/ou potencial identitário de subversão.

É importante destacar que, enquanto ouvimos as narrativas, entramos em contato com uma diversidade de personagens que fizeram – e fazem – parte das metamorfoses identitárias das participantes da pesquisa, assim como com perspectivas subjetivas em relação ao processo de envelhecimento e a experiência da velhice destas mulheres. Com isso, não buscamos através das narrativas encontrar significados e generalizações sobre o envelhecimento lésbico e sua relação com o sexismo-ageísmo-homofobia. A escuta deve ser voltada para a busca da exploração e apresentação das singularidades de cada participante. Não há nenhuma pretensão em *universalizar* a identidade da mulher idosa lésbica através de suas narrativas, e nem identificar algo *comum* à todas. Segundo Lima e Ciampa (2017) o que interessa está na compreensão dos elementos singulares que desenhavam o universal. Esses mesmos autores pontuam:

A preocupação com a generalização dos dados, deve ceder lugar para a preocupação com o aprofundamento dos dados. Desse modo, se é possível falar de um ponto de saturação de sentido nas narrativas de história de vida, este deve ser considerado pelo aprofundamento da análise que se pode obter a partir da narração a qual se tomou contato. A preocupação com a quantidade adequada para se conseguir uma generalização dos dados deve ceder lugar para a consideração da qualidade da análise das narrativas, que dependerá da capacidade do pesquisador em trabalhar com as histórias que conseguir (Lima; Ciampa, 2017, p. 6).

É através da narrativa que quem pesquisa entra em contato com a fluidez de fragmentos e instantes rememorados da vida de quem narra, em que se apresentam metamorfoses da identidade na trajetória de vida das participantes. Com a narrativa, é possível localizar a temporalidade que a história de vida traz, apresentando tanto a permanência de si como as mudanças/metamorfoses. A narrativa de história de vida não apresenta uma linearidade e sim “uma constelação, em que os acontecimentos mais

significativos tomam cena e podem confirmar as trajetórias ou contribuir para defini-las” (LIMA; CIAMPA, 2017, p. 2). Ao pesquisar através de narrativas, deve-se entender que o interesse pelo que é narrado – pela narração – ultrapassa o tema do que nos propomos pesquisar, pois a narração nos apresenta a complexidade das identidades, das metamorfoses, dos reconhecimentos, a partir de um contexto histórico e social que desenha e manipula modos de existir.

Lima e Ciampa (2017) assinalam que, por meio das narrativas, é possível perceber como têm funcionado os diferentes dispositivos de captura das metamorfoses de determinadas formas de existência e “fabricado” personagens correspondentes a uma estética específica na lógica capitalista, todos alinhados ao contexto histórico de dominação colonial, patriarcal, racista, cisheteronormativo e antiecológico, permitindo escapar da sedução e ingenuidade de analisar os processos identitários como se eles fossem exteriores às determinações materiais da vida em sociedade. Aqui nos parece que, seguindo aquilo que se apresenta nos diferentes relatos, registros, imagens, é possível perceber a complexidade da intolerância contra diversidade sexual e de gênero que afeta desde a base do fundamentalismo religioso às práticas de satisfação sexual vivida por pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

Identidade não é um monte de cubículozinhos abarrotados respectivamente com intelecto, raça, sexo, classe, vocação, gênero. Identidade flui entre e sobre os aspectos de uma pessoa. Identidade é um rio - um processo. Contida dentro do rio está sua identidade, e ela precisa fluir, mudar para continuar um rio - se parasse seria um corpo de água contido, como um lago ou um tanque. As mudanças no rio são externas [mudanças no ambiente - leito do rio, clima, vida animal] e internas [águas adentro] (Anzaldúa, 2021, p. 133).

Além disso, esse tipo de metodologia também permite vislumbrar identidades pós-convencionais que podem estar antecipando formas de vida com valores e normas ainda não estabelecidos. Sobretudo, porque o singular materializa o universal e pode assinalar arranjos nas metamorfoses das diferentes formas de existência de mulheres lésbicas brasileiras frente

às imposições e violências sofridas, rumo à emancipação. Importante dizer que ao nos referirmos à emancipação recorremos a uma ideia de vontade de decisão sobre o próprio bem de uma maneira cada vez mais autônoma, ou seja, “um tipo especial de auto experiência porque nela os processos de auto entendimento se entrecruzam com um ganho de autonomia” (Habermas, 1993, p. 99).

Obviamente, isso não significa que um método que se apoie na pesquisa com narrativas e atenta para o desenvolvimento de identidades pós-convencionais frente à homofobia, por exemplo, por si só seja garantia de uma emancipação completa, ou definitiva de mulheres lésbicas, isso seria convencionar/predeterminar o que entendemos por emancipação, ignorando toda a lógica de dominação assinalada no texto que a todo instante oferece saídas heterônomas e ilusórias para todos nós. Pensamos que é somente pela luta de todos pela possibilidade de viver uma vida-que-merece-ser-vivida, contra toda forma de aniquilação da (re)existência de mulheres lésbicas, é que viveremos em uma sociedade melhor.

Considerações finais

Atitudes negativas que podem ser internalizadas, implícitas, explícitas e que justificam o aniquilamento social por questões sexuais e de gêneros são compreendidas como atitudes homofóbicas (Melo, 2016). E mesmo ao considerar que a homofobia está enraizada no cotidiano e que são frequentes as atitudes homofóbicas que fundamentam práticas discriminatórias e preconceituosas no Brasil, é necessária maior compreensão frente aos desafios que justificam atitudes que cerceiam e violentam mulheres lésbicas.

O desenvolvimento intrapsíquico e social de mulheres lésbicas brasileiras aponta para momentos e experiências que anunciam possibilidades de tensões, violações de corpos e direitos de existência, ou seja, estar numa realidade em que vigiar corpos lésbicos que envelhecem e puni-los são atos naturalizados socialmente, se institui a crença do pavor entre as expressões da sexualidade de mulheres lésbicas no Brasil. Nesse sentido, o presente estudo discutiu sobre o ageismo e sexismo contra lésbicas e as

subversões identitárias da sexualidade na velhice. Apresentou ainda uma discussão crítica acerca dos processos do sexismo e homofobia contra lésbicas e apresenta as vicissitudes da narrativa como método de investigação. Espera-se que este capítulo visibilize as negligências para proteção e manutenção da saúde para mulheres lésbicas e que se evidenciem a carência de políticas públicas para o direito à vida dessa população.

Referências

- ABOIM, S. Narrativas do envelhecimento: ser velho na sociedade contemporânea. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 207-232, 2014.
- ABOIM, S.; VASCONCELOS, P. Study on the Role of Men in Gender Equality in Portugal. *Estudos e Relatórios*, Lisboa, p. 1-32, 2012.
- ALBUQUERQUE, G. A. *et al.* Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201610908>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ANZALDÚA, G. *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.
- ARAÚJO, L. F.; CRUZ, E. A.; ROCHA, R. A. Representações sociais da violência na velhice: estudo comparativo entre profissionais de saúde e agentes comunitários de saúde. *Revista Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 203-212, 2013. Disponível em: <https://doi.org/gmfjht>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ARAÚJO, L. F.; SÁ, E. C. N.; AMARAL, E. B. A. Corpo e velhice: um estudo das representações sociais entre homens idosos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 448-468, 2011.
- BENEVIDES, B. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras no ano de 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.
- BLUMENFELD, W. J. *Conceitos de homofobia e heterossexismo*. [S. l.: s. n.], 2004.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2 out. 2003.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARANO, A. A. *Jovens e idosos nordestinos: exemplos de trocas intergeracionais?*. Brasília, DF: Ipea, 2004.

CEARÁ, A. D. T.; DALGALARRONDO, P. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice; mental disorders, quality of life and identity in middle-age and older homosexual adults. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 118-123, 2010.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; NUNES, L. M.; SILVEIRA, A. P. Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2, p. 691-702, 2017.

CIAMPA, A. D. C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EdUSP: Fapesp, 2012.

DEL-PRIORE, M. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC/SP, 2000.

DEL-PRIORE, M. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 e 2000*. São Paulo: Planeta estratégia, 2020.

FERNANDES-ELOI, J. *et al.* Intersecções entre envelhecimento e sexualidade de mulheres idosas. *Health & Social Change*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 61-71, 2017.

FONSECA, L. K. D. S. *et al.* Representações sociais a respeito da velhice LGBT sob a ótica de mulheres lésbicas brasileiras. *Salud & Sociedad*, Antofagasta, v. 12, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22199/issn.0718-7475-3508>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, R. *et al.* The health and well-being of LGBT older adults: Disparities, risk, and resilience across the life course. In: OREL, N. A.; FRUHAUF, C. A. (org.). *The Lives of LGBT Older Adults: understanding*

challenges and resilience. Washington, D. C.: American Psychological Association, 2015. p. 25-53.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, R. I. *et al.* The health and well-being of LGBT older adults: disparities, risk, and resilience across the life course. In: OREL, N. A.; FRUHAUF, C. A. (org.). *The Lives of LGBT Older Adults: understanding challenges and resilience*. Washington, D. C.: American Psychological Association, 2015. p. 25-53.

GLICK, P.; FISKE, S. Ambivalent sexism. In: ZANNA, M. P. *Advances experimental social psychology*. San Diego: Academic Press, 2001. p. 115-188.

GLICK, P.; FISKE, S. The ambivalence toward men inventory: differentiating hostile and benevolent beliefs about men. *Psychology of Women Quarterly*, New York, v. 23, n. 3, p. 519-536, 1999.

GLICK, P.; FISKE, S. The ambivalent sexism inventory: differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, [s. l.], v. 70, n. 3, p. 491-512, 1996.

HABERMAS, J. *Passado como Futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HENNING, C. E. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 283-323, 2017. Disponível em: <https://doi.org/hvv7>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HEREK, G. M. Beyond “Homophobia”: A social psychological perspective on attitudes towards lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, New York, v. 10, n. 1-2, p. 1-21, 1984.

HEREK, G. M. Heterosexuals’ attitudes toward lesbian and gay men: Correlates and gender differences. *The Journal of Sex Research*, New York, v. 25, n. 4, p. 451-477, 1988.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil em 2017: uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. *Economia & Região*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 5-27, 2019.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LIMA, A. F. D. *Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LIMA, A. F. D.; CIAMPA, A. D. C. “Sem pedras o arco não existe”: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-10, 2017.

LIMA, A. F. de; CIAMPA, A. D. C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. de. (org.). *Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 11-29.

MELO, M. S. P. *Formas de violência contra mulheres lésbicas: um estudo sobre percepções, discursos e práticas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

NAVARRO-SWAIN, T. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NERI, A. L. *et al.* Metodologia e perfil sociodemográfico, cognitivo e de fragilidade de idosos comunitário de sete cidades brasileiras: estudo FIBRA. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 778-792, 2013.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA J. M. Orientação Sexual e Identidade de gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA J. M. (ed.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010. p. 19-44.

OREL, N. A. Investigating the Needs and Concerns of Gay, Bisexual, and Transgender olds adults: the use of qualitative and quantitative methodology. *Journal of Homosexuality*, New York, v. 61, n. 1, p. 53-78, 2014. Disponível em: <https://doi.org/ggj2r4>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PEDUTTO, G. Q.; COSTA LOPES, R. G. da. Velhice e homossexualidade: uma contribuição da novela “Babilônia”. *Revista Portal de Divulgação*, São Paulo, v. 46, p. 83-86, 2017.

ROSS, M. W.; ROSSER, B. R. S. Measurements and correlated of internalized homophobia: a factor analytic study. *Journal of Clinical Psychology*, [s. l.], v. 52, p. 15-21, 1996.

SALES-OLIVEIRA, C.; VILLAS-BOAS, S.; LAS-HERAS, S. Estereótipos de gênero e sexismo em docentes do ensino superior. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, Ciudad de México, v. 7, n. 19, p. 22-41, 2016.

SALGADO, A. G. A. T. *et al.* Velhice LGBT: uma análise das representações sociais entre idosos brasileiros. *Ciências Psicológicas*, Montevideo, v. 11, n. 2, p. 155-163, 2017. Disponível em: <https://doi.org/ghkkgc>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F. *Análise psicossocial da velhice LGBT: um estudo das representações sociais*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2018.

SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F.; CARDOSO, A. C. A. Gerontologia e políticas Educacionais: aspectos históricos e construtos em formação. In: NEGREIROS, F.; SILVA, A. M. P. M. (org.). *Políticas Educacionais e Escolarização em Diferentes Contextos*. Teresina: Ed. UFPI, 2016. p. 330-342.

SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F.; NEGREIROS, F. Atitudes e estereótipos em relação a velhice LGBT. *Interdisciplinar*, Aracaju, v. 29, p. 57-69, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3C1O3nc>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VALENÇA, T. D. C. *et al.* Deficiência física na velhice: um estudo estrutural das representações sociais. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/h8bg>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WATANABE, K. V.; RODRIGUES, M. S. Vivências de trabalhadoras lésbicas em organizações de Pelotas/RS. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, Campo Mourão, v. 13, n. 2, p. 151-170, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ApfRR0>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WOLF, N. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.